



Artigo Original

e-ISSN 2177-4560

DOI: 10.19180/2177-4560.v12n22018p335-360

Submetido em: 22 jan. 2018

Aceito em: 18 nov. 2018

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça

Mestranda do Programa de Pós-graduação Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: nati.vilaca@hotmail.com.

Alexandre Ferreira Lopes

Doutor em Ecologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor vinculado ao Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro/RJ – Brasil. E-mail: alexandrelopes@outlook.com.br.

Nas últimas décadas grandes projetos de infraestrutura foram retomados no Brasil, com o objetivo de atingir o crescimento econômico. O argumento principal para legitimar esses empreendimentos era a grande oferta de emprego e geração de renda para a população. No entanto, os empreendimentos não corresponderam à expectativa, e a realidade é uma baixa oferta de emprego, intensa degradação ambiental e acirramento de conflitos ambientais. Este trabalho analisa o Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú (CLIPA), um grande projeto de desenvolvimento pensado inicialmente pelo empresário Eike Batista, localizado no município de São João da Barra, região norte do estado do Rio de Janeiro, e que foi totalmente aceito pelas instituições públicas e privadas e também pelas diferentes esferas de governo (municipal, estadual e federal). A implantação desse empreendimento gerou conflitos ambientais de diversas naturezas. Nesse sentido, esta pesquisa analisou que os conflitos ambientais surgidos a partir da implementação/atuação do CLIPA, estão relacionados a desapropriação de terras de pequenos agricultores, impedimento de pescadores artesanais em exercer sua atividade econômica em áreas próximas ao Porto do Açú e a criação de Unidades de Conservação. Este estudo também pretendeu dar visibilidade à questão ambiental e social que atinge especificamente aqueles que têm menos condições de se fazer ouvir nos espaços públicos de discussão.

Palavras-chave: Conflitos ambientais. Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú. História oral. São João da Barra.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

The implementation of the Açú Port: a case study about the Environmental Conflicts of the 5th District of São João da Barra (Brazil) based on the statements of those affected

In the last decades great infrastructure projects were resumed in Brazil, with the objective of achieving economic growth. The main argument to legitimize these enterprises was the great employment offer and income generation for the population. However, the projects did not correspond to expectations and the reality is a low job offer, intense environmental degradation and increase of environmental conflicts. This paper analyzes the Industrial and Logistic Port Complex of Açú (CLIPA), a great development project initially conceived by entrepreneur Eike Batista, located in the municipality of São João da Barra, in the northern region of the state of Rio de Janeiro (Brazil). It was fully accepted by public and private institutions and also by the different spheres of government (municipal, state and federal). The implementation of this project has generated environmental conflicts of various natures. In this sense, this research analyzed that the environmental conflicts that arose from the implementation / performance of CLIPA are related to the expropriation of small farmers' lands, to the handicap of artisanal fishermen in practicing their economic activity in areas near the Port of Açú and the creation of Units of Conservation. This study also aimed to give visibility to the environmental and social issue that specifically affects those who are less able to make themselves heard in the public spaces of discussion.

Keywords: Environmental conflicts. Açú Industrial and Port Logistics Complex. Oral history. São João da Barra.

La implementación del Puerto de Açú: un estudio de caso sobre los conflictos ambientales del 5to Distrito de São João da Barra (Brasil) basado en las declaraciones de los afectados

En las últimas décadas grandes proyectos de infraestructura se reanudaron en Brasil, con el objetivo de alcanzar el crecimiento económico. El argumento principal para legitimar estos emprendimientos era la gran oferta de empleo y generación de ingresos para la población. Sin embargo, los emprendimientos no correspondieron a la expectativa, y la realidad es una baja oferta de empleo, intensa degradación ambiental y acentuación de conflictos ambientales. Este trabajo analiza el Complejo Logístico, Industrial y Portuario del Açú (CLIPA), un gran proyecto de desarrollo pensado inicialmente por el empresario Eike Batista, ubicado en el municipio de São João da Barra, región norte del estado de Río de Janeiro (Brasil), y que fue totalmente aceptado por las instituciones públicas y privadas y también por las diferentes esferas de gobierno (municipal, estatal y federal). La implantación de este emprendimiento generó conflictos ambientales de diversas naturalezas. En este sentido, esta investigación analizó que los conflictos ambientales surgidos a partir de la implementación / actuación del CLIPA, están relacionados a la expropiación de tierras de pequeños agricultores, impedimento de pescadores artesanales en ejercer su actividad económica en áreas cercanas al Puerto de Açú y la creación de Unidades de Conservación. Este estudio también pretendió dar visibilidad a la cuestión ambiental y social que afecta específicamente a aquellos que tienen menos condiciones de hacerse oír en los espacios públicos de discusión.

Palabras clave: Conflictos ambientales. Complejo Logístico, Industrial y Portuario del Açú. Historia oral. São João da Barra.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

1 Introdução

Nas últimas décadas, os governos brasileiros têm aderido a uma política de estímulo ao crescimento econômico baseado na efetivação de grandes projetos de investimento. Esse modelo de apropriação e organização do território teve vigência nas décadas de 1960/1970, quando grandes projetos estatais de setores estratégicos foram implantados no país (MARTINS, 2014).

As estratégias de modernização dos países denominados na época de “Terceiro Mundo” lideradas pelas instituições financeiras, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), visavam a estruturas e reestruturas de instituições sociais, assim como investimentos em infraestrutura de transporte, energia e indústrias de base como polos de desenvolvimento para a aceleração do crescimento econômico. Havia uma expectativa de que, na fase inicial, ocorresse a inclusão social a partir da geração de emprego e renda, e depois, com a instalação, o estado de bem-estar social. Com base nesta concepção, grandes áreas cobertas por vegetação natural foram consideradas como espaços não utilizados e passíveis de apropriação como grandes empreendimentos, complexos industriais, etc. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Nos anos 2000, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015), visaram a um desenvolvimento econômico baseado na implantação de grandes projetos de investimento, com um grande número de licenças em obras de grande impacto ambiental. A estratégia de desenvolvimento seria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tinha como objetivo oferecer ao Brasil condições necessárias para que houvesse crescimento econômico, aumento da oferta de emprego e melhores condições de vida para a população brasileira (MARTINS, 2014; ALVARENGA, 2013).

De acordo com Zhouri e Laschefski (2010), no âmbito do PAC, foram retomados grandes projetos de infraestrutura, como a construção de hidroelétricas, rodovias, portos, entre outros. Esse modelo de desenvolvimento adotado permite a centralidade do crescimento econômico, que continua a ser representado como fator primordial para redução das desigualdades sociais e regionais.

No entanto, para Sachs (2008), o crescimento não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia a oferta de emprego, não reduz a pobreza e não diminui as desigualdades sociais, sendo assim, o desenvolvimento exige uma sintonia entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais.

O estado do Rio de Janeiro vivencia uma política de desenvolvimento marcada pela presença de grandes empresas nacionais e transnacionais, que possuem forte apoio institucional e financeiro das diferentes esferas de governo. Todo esse cenário foi favorável para garantir a criação de novos polos de desenvolvimento, tais como empreendimentos industriais, agroindustriais, infraestrutura e logística (QUINTSLR, 2014).

Muitos empreendimentos, tais como o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú (CLIPA), o Complexo Logístico de Barra do Furado, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), a TKCSA em Santa Cruz, são exemplos de projetos no estado do Rio de Janeiro que trazem consigo o discurso de desenvolvimento econômico e social (AGB, 2011). No entanto, a realidade atual desses empreendimentos é a baixa geração de empregos, intensa degradação ambiental e acirramento de conflitos ambientais.

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

Dentre os empreendimentos citados, este trabalho analisa o CLIPA, um grande projeto de desenvolvimento pensado inicialmente pelo empresário Eike Batista, localizado no município de São João da Barra, região norte do estado do Rio de Janeiro, e que foi totalmente aceito pelas instituições públicas e privadas, e também pelas diferentes esferas do governo (municipal, estadual e federal).

O Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA) foi considerado pelos governantes e elites locais como o “*el dorado*” para esse município, que tem a sua economia baseada na pequena agricultura e pecuária. O discurso utilizado pela empresa e pelas esferas do governo era o grande crescimento econômico, e a geração de emprego e renda para a região. No entanto, desde sua implementação esse empreendimento gerou conflitos ambientais de diferentes naturezas, que se acirram com a falência de Eike Batista e posteriormente com os escândalos de corrupção entre suas empresas e o governo do estado do Rio de Janeiro.

Dentre os principais impactos do CLIPA está a situação dos agricultores tradicionais do 5º Distrito, que tiveram as suas terras desapropriadas para dar lugar ao Distrito Industrial de São João da Barra, porém até hoje nada foi construído e os agricultores não receberam suas devidas indenizações.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar o conflito ambiental que envolve a implementação/atuação do CLIPA, no município de São João da Barra. Além de compreender a apropriação desse território pelo sistema capitalista, a partir da construção do Porto, e estudar a atuação dos principais atores do conflito nas principais arenas de discussão.

A maioria das agressões ambientais desses empreendimentos atinge populações de baixa renda. São muitas famílias que têm suas histórias e memórias violadas devido à imposição da vontade suprema dos empreendedores, que visam acumular mais capital. As audiências públicas que foram realizadas invisibilizaram a população atingida, pois esses grupos geralmente são excluídos dos mecanismos tradicionais de deliberação de tomada de decisão (ALONSO; COSTA, 2004). O forte discurso de crescimento econômico, e de geração de emprego e renda foi usado para legitimar esse empreendimento. No entanto, o que aconteceu nessa região foi um crescimento desvinculado do desenvolvimento social, violação dos direitos das comunidades tradicionais e intensa degradação ambiental. Esse caso se configura como um emblemático exemplo de injustiça ambiental, visto que esse empreendimento é um promotor da desigualdade ambiental, fazendo com que a população politicamente mais fraca sofra com as consequências. É nesse sentido que surgem conflitos ambientais, quando há pouco ou ausência de diálogo que esclareça os posicionamentos distintos entre indivíduos e grupos sociais, cujo poder político é desigualmente distribuído (ACSELRAD *et al.*, 2006).

1.1 Conflitos Ambientais e Território

Os conflitos ambientais estão cada vez mais frequentes no mundo contemporâneo devido ao aumento das tensões pelo acesso aos recursos naturais. A busca pelo crescimento econômico estimula o uso insustentável da natureza, o que torna alguns recursos naturais raros e cada vez mais estratégicos, sendo o seu controle de extração e beneficiamento disputados (RIBEIRO, 2007).



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

No Brasil, existem muitos casos de conflitos sociais e ambientais, tais como populações que foram deslocadas para as construções de hidroelétricas, expansão da produção da cana-de-açúcar na década de 1980 para a produção do álcool em áreas usadas para a produção de alimentos, sem falar da luta dos povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas para se manterem em suas terras diante da pressão da exploração mineral e da construção de grandes empreendimentos (RIBEIRO, 2007).

De acordo com Acselrad (2004a), no Brasil, pode-se observar que do pós-guerra aos anos oitenta, grandes projetos de apropriação do espaço foram implementados pelo Estado desenvolvimentista, que se articulou com a estrutura industrial espacialmente concentrada. Esse modelo gerou uma ampliação dos espaços integrados de desenvolvimento do capital, por exemplo, construção de barragens, obras de infraestrutura, mineração etc. O professor Acselrad ainda afirma que a concentração da posse sobre elementos de base material da sociedade, por meio desses grandes projetos que se apropriam dos territórios e do meio ambiente, produziu grandes impactos e efeitos negativos aos ecossistemas e ao mesmo tempo comunidades tradicionais de pequenos agricultores, ribeirinhos, foram deslocados para outras áreas, as quais muitas vezes não garantiam o seu desenvolvimento social.

Sendo assim, os conflitos ambientais surgiram quando essas comunidades despossuídas começaram a reivindicar os seus direitos, como o acesso a água, terra fértil, etc. Essa visibilidade foi ampliada com o fim do período ditatorial, e essas comunidades denunciavam o comprometimento de suas atividades pela queda da produtividade dos recursos biofísicos de que dependiam (ACSELRAD, 2004a).

Em sua análise, Acselrad (2004a) afirma que os anos 90 parecem ter apontado para mudanças nos modos dominantes de apropriação da natureza, com a manutenção e acentuação dos padrões de desigualdade de poder sobre os recursos naturais, juntamente com a tendência de especialização funcional de determinadas áreas do território brasileiro, a partir da sua inserção no mercado mundial.

Ao contrário dos conflitos originados pelo desenvolvimento do regime autoritário, nesta nova conjuntura abriu-se espaço crescente para a emergência de conflitos ambientais desencadeados pela desregulação ambiental, por meio das flexibilizações das leis ambientais (ACSELRAD, 2004a).

O conflito ambiental vem sendo estudado a partir de uma perspectiva que identifica as lutas ambientais travadas em torno a elementos que constituem uma mesma base territorial e seus recursos, ou seja, o processo de luta geralmente estará relacionado às diferentes formas de apropriação, uso e significação do território (ACSELRAD, 2004a).

Sendo assim, a questão territorial e espacial é o cerne da análise dos conflitos ambientais e envolve as relações entre poder e o meio ambiente terreno. O território pode ser definido como uma porção da superfície terrestre, rica em recursos naturais que são apropriados e controlados por um grupo humano. O território também é marcado a partir de disputas e relações de poder entre determinados atores da sociedade, dentro de um determinado espaço. O agente que se destaca em relação ao território é o Estado, que atua como mediador e controlador dos conflitos (SANTOS, 2001).

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

.....

Zhourí e Laschefski (2010) veem a presença do Estado, na maioria das vezes, carregada de dubiedade, pois de um lado surge como implementador de políticas autocráticas que acirram os conflitos, e do outro, surge como mediador, que por vezes se posta ao lado das populações atingidas. Essa dubiedade pode ser interpretada como expressão de incidência dos conflitos ambientais sobre o campo institucional das chamadas políticas ambientais, fato que evidencia a presença de brechas de contestação no interior da dominação exercida pelo paradigma de desenvolvimento.

Para Campello (2006), os conflitos são representados como resultado da ausência de diálogos que esclareçam os diferentes posicionamentos e como passíveis de serem resolvidos pelo livre debate entre os envolvidos, cujo poder político é desigualmente distribuído. Campello (2006) aponta que uma das estratégias para solucionar os conflitos seria a utilização da governabilidade pelo Estado, esta que envolve a noção de segurança, que remete à ideia de “Estado-polícia”, que define limites a que os atores do conflito podem ir. No entanto, o modelo econômico vigente possui efeitos perversos e a governabilidade é quase ausente.

Martinez Alier (2007) analisa o Estado nos seus distintos componentes, explicitando os jogos existentes entre os atores estatais e outros atores dos conflitos. Em alguns casos, a resistência popular contra a degradação ambiental atua contra o Estado e em algumas vezes conta com aliados que pertencem ao Estado. De acordo com esse autor, nos países menos desenvolvidos existe uma pauta de cooperação entre as altas posições estatais e as empresas privadas estrangeiras quanto à utilização dos recursos naturais no interior do território nacional, esse fato encontra resistência de determinados grupos que procuram se vincular internacionalmente a favor da bandeira dos direitos dos povos indígenas, direitos humanos e em defesa do meio ambiente.

Outros atores que se destacam nos conflitos ambientais são os grupos hegemônicos da sociedade urbana, industrial e capitalista e os grupos atingidos, que muitas vezes são populações tradicionais de uma região, que, na maioria das vezes, não estão inseridos no modelo econômico vigente. Os últimos veem o território como garantia da produção e reprodução dos seus meios de vida, criando assim uma identidade muito forte com o espaço em que vivem. Já a sociedade urbano-industrial, é caracterizada por uma forte divisão do trabalho e pela individualização dos sujeitos sociais que se relacionam em grande parte através da mediação do mercado (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

As empresas, ao ampliarem as suas atuações no mercado capitalista, vão muito além dos seus territórios nacionais, criando assim as suas espacialidades e territorialidades, seja na busca de novos mercados ou de localizações de suas empresas e recursos produtivos.

As grandes empresas utilizam a “chantagem locacional” para que os Estados cedam às suas demandas territoriais, isto é, elas utilizam a carência de empregos e de receitas públicas como condição para impor aos setores menos organizados da sociedade práticas poluentes e regressão dos direitos sociais. (ACSELRAD, 2010).

Essa atitude é muitas vezes justificada pelo argumento de estímulo ao crescimento econômico e geração de emprego. Nesse sentido, na maioria das vezes, o Estado se alia a setores do capital e se coloca contra os interesses das comunidades tradicionais. Assim, a postura do



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

Estado na mercadificação, privatização da terra e a expulsão violenta das populações tradicionais, é o que o geógrafo David Harvey (2003) chama de “acumulação por espoliação”. Frente ao sistema capitalista, o poder do Estado é usado com frequência para impor suas vontades, mesmo contrariando a opinião popular.

Para Harvey (2003), o Estado com o seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem o papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo provas de que a transição para o desenvolvimento dependeu e continua a depender do Estado.

A luta desses diferentes agentes que estão posicionados em diferentes posições estará relacionada à capacidade de cada qual em fazer com que suas respectivas representações e crenças, neste caso relacionado ao uso dos recursos ambientais, sejam conhecidas como legítimas, transportando então para o campo simbólico (OLIVEIRA, 2004).

Os conflitos ambientais se originam quando a forma de sobrevivência de alguns grupos sociais no território é comprometida por impactos indesejáveis, causados por outros grupos sociais (ACSELRAD, 2004). Esses conflitos se tornam públicos quando ocorrem denúncias dessas atividades indesejáveis, mas o conflito ambiental se configura durante as ações de disputas entre os atores sociais, quando fica explícito que a relação de poder entre os atores e os direitos de cada é muito desigual, motivo que leva a comunidade atingida a se revoltar. Nesse sentido, passa a existir uma disputa por recursos, que vai além das contestações materiais, mas também simbólicas (MALAGODI, 2012).

Para Acselrad (2005), essas lutas localizadas no território são aquelas que politizam a questão ambiental e colocam em discussão o modelo de desenvolvimento vigente que articula diferentes práticas espaciais. Uma grande contribuição para a dinâmica dos conflitos ambientais é conseguir alcançar o debate público, reivindicando os seus interesses e as decisões sobre a produção espacial do território, problematizando assim, o sistema capitalista, que está cada vez mais utilizando o discurso da sustentabilidade para renovar a sua própria lógica (MALAGODI, 2012).

Uma das principais formas de se analisar os conflitos ambientais é a partir da justiça ambiental, pois evita tratá-los a partir de uma abordagem tecnocrática, a partir da mediação de interesses, pois, de acordo com o que se estuda sobre o tema, a maior parte das cargas de danos ambientais são destinadas à parcela mais pobre da sociedade.

Para Acselrad (2004b), determinadas localidades se destacam por serem objetos de concentração de práticas ambientalmente agressivas, que na maioria das vezes atingem populações menos favorecidas. Os moradores dessas áreas convivem com poluição industrial do ar e da água, depósito de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência de escolha dessas áreas como sede de implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Essas localidades são chamadas pelos estudiosos da desigualdade ambiental de “zonas de sacrifício”, na qual a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios.

Os “protagonistas” dessas lutas se caracterizam pela pretensão de resistir à “chantagem locacional dos investimentos” e pela disposição de discutir as condições em que se pretende efetuar a integração das populações locais ao mercado. Assim se constituem sujeitos



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

coletivos que exigem um amplo acesso a informações sobre o uso dos recursos e pretendem acesso justo e equitativo dos recursos ambientais (ACSELRALD, 2005).

2 Metodologia

2.1. Estudo de Caso

Para a realização desta pesquisa foi muito importante analisar o meio social através da sua organização, atores sociais na esfera da Sociedade Civil e do Estado. Nesse sentido, para Quintas (2005), pode-se entender atores sociais como um agrupamento de pessoas (coletivos) com diferentes formas de organização e características específicas, que distinguem um grupo de outro a partir dos seus componentes.

Os atores sociais são partes interessadas em situações nas quais há conflitos e que possuem significativas diferenças de opinião, seja de ordem econômica, ambiental ou cultural.

Quintas (2005) sugere analisar a atuação dos atores sociais no meio social a partir da sua denominação (A), indicando se é associação, sindicatos, grupo social sem organização formal, etc. Caracterizar se a conduta que o ator tem assumido frente ao conflito é conivente, negligente, indiferente, mediadora, negociadora, geradora, denunciadora, repressora, legalista, de prevaricação (agente público) ou outra observada (especificar) (B). Indicar se o ator social possui alguma vantagem, desvantagem ou não é afetado diretamente pelo problema (C). Descrever por meio de frases curtas as ações e/ou conteúdo das falas utilizadas pelos diversos atores sociais como justificativa das suas atitudes frente a existência do problema (D). A partir dessa proposta, o autor sugere a criação de um quadro para que a análise dos dados seja possível.

De acordo com Campello (2006), existe uma categoria de ator social que se denomina ator estratégico, que representa um aporte de capital financeiro, político, legal ou humano para o grupo social ao qual pertence. Sua atuação é sempre previsível, pois o seu principal objetivo é a resolução dos conflitos. Existe outra categoria chamada de ator relevante, este não problematiza e não gera debates que questionem, portanto sua função é identificar os conflitos e operacionalizar sua solução.

Para a identificação dos atores do conflito, no primeiro momento foram realizadas pesquisas documentais e bibliográficas, a fim de se produzir uma descrição atualizada sobre o conflito analisando os seguintes aspectos: localização do empreendimento, histórico da região, caracterização dos principais riscos e danos no meio físico-natural e no meio social, e os principais atores e suas atuações.

2.2. História Oral

Para atingir os objetivos supracitados, essa pesquisa adotou como caminhos metodológicos a História Oral e o Estudo de Caso. A História oral consiste em registrar e perpetuar impressões, vivências e lembranças de determinados indivíduos que se dispõem a

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir um conhecimento de algo que foi vivido que, de outra forma, não seria possível conhecer (MATOS; SENNA, 2011).

Quando se discute História oral é muito importante que se adentre ao conceito de memória. Nas pesquisas de História oral, utilizam-se entrevistas sobre as histórias de vida e o que se obtém são as memórias individuais dos entrevistados.

Segundo Pollak (1992), mesmo a memória sendo algo individual, íntimo da pessoa, ela também deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, algo que foi construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Nesta perspectiva, Matos e Senna (2011) analisam que a História oral está centrada na memória humana e na sua capacidade de lembrar do passado enquanto testemunha de algo que foi vivido pelo indivíduo. É importante ressaltar que não é somente a memória de um determinado indivíduo, mas sim de um indivíduo que estava inserido em um contexto familiar ou social, cujas lembranças são permeadas por memórias coletivas ou não.

Thompson (1992) afirma que a História oral pode se ajustar a diversos projetos que podem ser analisados localmente, como a história de uma indústria, relações sociais em determinada comunidade, cultura, etc. A História oral certamente é importante, principalmente se o projeto trazer raízes históricas de alguma preocupação contemporânea, isso demonstrará muito bem a importância do estudo histórico.

A História oral pode oferecer um importante suporte e contribuição para o resgate da memória local, pois possibilita novas versões da mesma história ao dar voz a diferentes narradores. Esse tipo de metodologia permite, sobretudo, fazer da história uma atividade democrática, pois permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, mediante suas referências e memórias (THOMPSON, 1992).

Com isso, foram realizadas entrevistas livres com os atores afetados pelo empreendimento. De acordo com Matos e Senna (2011), o entrevistador deve ouvir “atento a psicologia” do entrevistado, conhecê-lo e respeitá-lo. O lugar escolhido para a realização das entrevistas também é importante, pois o entrevistado precisa se sentir bem à vontade.

Por intermédio desta metodologia, busca-se registrar memórias, vivências e lembranças que atores locais (agricultores, líderes comunitários, funcionários da empresa) estiverem dispostos a compartilhar com o coletivo, com intuito de compreender o conflito ambiental que envolve a implementação / atuação do Porto do Açú.

Para esta pesquisa foram realizadas duas entrevistas utilizando a metodologia da História oral, na qual os entrevistados contaram as suas versões sobre o conflito ambiental que estão vivenciando. As entrevistas foram realizadas nas suas respectivas casas, onde puderam ficar à vontade para narrar os fatos. No início das entrevistas foi apresentado o objetivo da pesquisa e informado que as suas falas terão o seu anonimato garantido.

Foi um pedido dos entrevistados que durante as entrevistas fossem feitas algumas perguntas norteadoras para que eles não se perdessem durante suas falas, pois eles possuem muitas informações sobre a história do conflito, e alegaram que essas perguntas serviriam para auxiliá-los para que não faltasse nenhuma informação relevante.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

3 Resultados e discussão

3.1. Caracterização das relações entre os atores envolvidos

A dinâmica deste conflito permitiu identificar a atuação de três importantes atores: o Estado, a Sociedade Civil e o Setor Privado, como é possível observar no Quadro 1.

Quadro 1. Atores Sociais da Esfera do Estado e da Sociedade Civil

(A) ATOR SOCIAL	(B) CONDUTA DO ATOR SOCIAL FRENTE AO PROBLEMA	(C) SITUAÇÃO DO ATOR SOCIAL FRENTE AOS EFEITOS DO PROBLEMA	(D) FORMAS DE AÇÃO DO ATOR SOCIAL FRENTE AO PROBLEMA
ASPRIM-Associação dos Proprietários de Imóveis e Moradores de Pipeiras, Barcelos, Cajueiro e Campo da Praia	Denunciadora	Desvantagem	Denúncias do uso de violência física na desapropriação de terras, denunciadas pela ASPRIM.
Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) - Seção Niterói	Denunciadora	Não é afetado diretamente pelo problema	Produção o Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú.
INEA - Instituto Estadual do Meio Ambiente	Negligente	Não é afetado diretamente pelo problema	Conflitos de competências no processo de licenciamento.
Governo do estado do Rio de Janeiro	Repressora	Vantagem	Responsável pelo processo de desapropriação
Prefeitura de São João da Barra	Negligente	Vantagem	“Oportunidade de geração de emprego e renda para o município”.
EBX / Prumo Logística	Geradora	Vantagem	Programa de Reassentamento Rural Vila da Terra

A ASPRIM é o ator que representa os atingidos pelo empreendimento estudado. Criada no ano de 2010, o principal objetivo da Associação é organizar e mobilizar as comunidades entorno das obras do CLIPA, para resistir e denunciar as violações sofridas em função dos decretos de desapropriação de cerca de 7.200 hectares de terra que pertencem a 1.500 pessoas. Essa associação denunciou o processo de desapropriações no V Distrito de São João da Barra. Esse grupo ainda luta pela permanência de alguns pequenos produtores nas suas propriedades e recebimento das devidas indenizações.

A Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) realizou estudos e discussões acerca dos impactos econômicos, ambientais e sociais da implementação deste megaempreendimento. O Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú feito pela AGB descreve técnica e cientificamente a luta dos trabalhadores rurais pela permanência nos seus territórios.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

.....

No processo de licenciamento tem-se como ator importante o INEA (Instituto Estadual de Meio Ambiente), que ficou com a responsabilidade de realizar o licenciamento ambiental para a instalação das empresas no Complexo Industrial do Porto do Açú. No entanto, existe um conflito de competências no que tange ao processo de licenciamento do empreendimento, pois como os impactos extrapolam as fronteiras do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais, foi injustificável delegar ao órgão estadual a atribuição de avaliar os impactos. De acordo com o relatório da AGB, isso se justifica pelo fato de que o Complexo do Açú foi implantado sobre áreas consideradas bens da União, como o mar territorial e a plataforma costeira. Nesse sentido, quem deveria ser responsável pela execução de toda a análise do licenciamento ambiental seria o IBAMA.

O Estado, tanto no âmbito municipal quanto estadual, permitiu a transformação do V Distrito de São João da Barra em um distrito industrial. Sendo assim, as forças estaduais e municipais veem o Complexo do Açú como um espaço de reprodução do capital legitimado por causa do discurso de desenvolvimento econômico regional.

As empresas do Grupo EBX e Prumo Logística representam o interesse do setor privado. Suas ações realizam uma apropriação material do território fundada na reestruturação produtiva e inserção global. O principal argumento da empresa é o de promoção do desenvolvimento com geração de emprego e renda para a região.

Observa-se que neste conflito existem sobreposições de reivindicações e interesses de distintos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferentes num mesmo recorte espacial. Sendo assim, os atores envolvidos no conflito apresentam modos distintos de produção de seus territórios, o que reflete nas variadas formas de apropriação do que se chama de natureza neste recorte espacial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). O Quadro 2 apresenta as principais ações e os argumentos utilizados no processo de disputa, legitimação de posse, uso do território e de seus recursos naturais, segundo os atores do conflito.





A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5° Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

Quadro 2. Principais argumentos dos Atores envolvidos na dinâmica do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açú

Atores		Ações	Principais Argumentos
Estado	Municipal	Aprovação da Prefeitura para a transformação do V Distrito do Açú em área de expansão industrial	Geração de emprego e renda para o município
	Estadual	CODIM - responsável pelas desapropriações no V Distrito de São João da Barra. INEA – responsável pela licença ambiental para as empresas do Complexo	Estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados, com o intuito de trazer desenvolvimento econômico e social para o Estado. Promover ações protecionista/conservacionistas capazes de minimizar os impactos socioambientais na região.
Sociedade Civil	ASPRIM	Disputa material e simbólica pelo poder local; Oposição à forma de desapropriações;	Sentimento de pertencimento local. Valorização cultural dos moradores
	AGB/Niterói	Realiza estudos e discussões acerca dos impactos econômicos, sociais e ambientais decorrentes da implantação de mega empreendimentos.	Analisar os principais impactos socioambientais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos. Subsidiar as ações populares de luta dos movimentos sociais contra os processos de desapropriações e perda da capacidade produtiva da agricultura familiar local.
Setor Privado	Empresas do Grupo EBX / Prumo Logística	Apropriação material do território com reestruturação produtiva e inserção global.	Promoção do desenvolvimento com geração de emprego e renda

Fonte: VILAÇA et al. (2013)

3.2 Conflitos Ambientais que envolvem o CLIPA

Os conflitos ambientais são cada vez mais frequentes no mundo contemporâneo, principalmente devido ao aumento das disputas pelo controle e acesso dos recursos naturais. No CLIPA, tendo em vista a magnitude desse empreendimento, é possível identificar a ocorrência de conflitos ambientais que envolvem a sua implementação/atuação e acesso aos recursos naturais existentes na região.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

Segundo estudos levantados nesta região, os conflitos são relacionados ao uso da terra, devido ao processo de desapropriação de terras de agricultores familiares, e a pesca artesanal, ocasionado pela construção de barreiras que restringem o acesso das embarcações dos pescadores artesanais próximo à área do porto e também devido à criação de Unidades de Conservação (UCs).

3.2.1 Conflitos Ambientais entre os Pequenos Agricultores e a Empresa

Como já foi citado, no ano de 2007 foi tornada pública a criação do CLIPA no município de São João da Barra. No início, a empresa promoveu audiências públicas para informar a população sobre o novo empreendimento, como manda a legislação. No entanto, sabe-se que esses espaços não promovem uma relação simétrica entre a empresa e a população local.

O conflito pela terra, no 5º Distrito, foi o que atingiu maior proporção, pois houve indícios de irregularidades no processo de desapropriação. Muitos agricultores relatam problemas de notificação por parte da CODIN, erros no processo de negociação do preço da terra, visto que a CODIN iria pagar aos agricultores um preço muito a baixo ao que ela realmente vale, e o uso da violência por agentes de segurança da empresa, pois muitos tiveram suas propriedades invadidas e a sua produção agrícola destruída por máquinas da CODIN (QUINTSLR, 2014).

Como já foi citado neste trabalho, a agricultura no município de São João da Barra, em particular a do 5º Distrito, possui grande importância para a região, mas no EIA\RIMA produzido pela empresa eles classificam a agricultura familiar do município como “incipiente”, e as famílias como aquelas em “condição de hipossuficiência social” (IBASE, 2013).

A terra é um elemento muito importante para essa comunidade, pois é o seu local de moradia e existência, uma vez que construíram suas famílias ali e criaram laços de pertencimento com o lugar. Outro aspecto importante é que a terra é a fonte de trabalho e o meio de subsistência (ALVARENGA, 2013).

Este conflito ambiental se configura quando grupos sociais não conseguem sobreviver no mesmo território, devido à ameaça de impactos indesejáveis ou a partir de expropriações. O conflito analisado apresenta esses aspectos, pois o CLIPA gerou grandes impactos socioambientais que dificultaram o desenvolvimento socioeconômico dessa comunidade.

No ano de 2012, uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) constatou que a água que a comunidade do 5º Distrito está consumindo contém um nível de salinidade muito acima do normal, trazendo sérios riscos à saúde da população e para a agricultura. De acordo com a pesquisa, a população estava consumindo água com 640 microsiemens de condutividade, sendo o recomendado para a irrigação 300 microsiemens, e para o consumo humano de 40 a 60 microsiemens. Segundo os agricultores da região, as culturas de maxixe, quiabo e abacaxi já apresentaram sinais de mortalidade causada pela irrigação com alto grau de salinidade (ESDRAS, 2012).

A equipe da pesquisa enviou o resultado das análises para o Ministério Público com o intuito de cassar o licenciamento ambiental do CLIPA. Segundo os pesquisadores, no processo de construção do porto, as dragas retiravam a areia no mar e a depositavam na praia.

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

Os primeiros sinais de salinização foram identificados pelos agricultores da 5º Distrito, entretanto, na época, a empresa LLX alegou que a área do 5º Distrito já apresentava um alto teor de sal. No entanto, os pesquisadores da UENF apontaram a partir dos dados obtidos em suas pesquisas, que aquela área já apresentava salinidade em alguns pontos, mas que depois das obras esta se intensificou consideravelmente (MORAES, 2012).

A salinização dos solos e das águas dos solos causou um grande impacto na produção dos pequenos agricultores e acirrou ainda mais as tensões já existentes. Esse fato se configura como um caso de injustiça ambiental, na qual o grupo social atingido fica com o ônus do chamado desenvolvimento.

Por algum tempo o conflito ficou invisibilizado pela mídia e pela população, que continuava deslumbrada com o sonhado crescimento econômico. No entanto, a crise econômica ganhou dimensões internacionais, as instalações de importantes empresas que faziam parte do projeto do complexo logístico, industrial e portuário foram canceladas, toda a promessa de geração de novos postos de emprego, e conseqüentemente o aumento da renda da população e de receita para o município de São João da Barra foram diminuídas consideravelmente.

Concomitante a esse fato, a luta dos agricultores continuava, muitos permaneceram nas suas terras como forma de resistência. Nessa mesma fase do conflito, aumentaram o questionamento sobre a real necessidade de desapropriação das terras, pois o empreendimento apresentava grandes evidências de insustentabilidade. Nesse sentido, aumentaram os questionamentos sobre o não cumprimento e suspensão dos projetos de compensação e mitigação ambiental, sobre os grandes impactos ambientais. Sendo assim, toda a área desapropriada para a construção do CLIPA se transformou num grande passivo socioambiental (IBASE, 2013).

No início de 2017, denúncias sobre corrupção assolaram a política do estado do Rio de Janeiro e levaram à prisão o ex-governador Sergio Cabral Filho e o empresário Eike Batista. Este fato levou mais uma vez ao questionamento do empreendimento e também deu maior visibilidade ao conflito que estava estagnado. A partir disso, os canais de televisão promoveram documentários e programas que tratavam sobre a desapropriação dos agricultores do 5º Distrito.

No dia 19 de abril desse mesmo ano, com o apoio do MST, os pequenos agricultores reocuparam suas terras baseado na premissa de que os objetivos que teriam justificado o decreto de desapropriação deixaram de existir. Como já foi supracitado, as empresas que ocupariam áreas enormes, como siderúrgicas, usinas termelétricas, estaleiros, entre outras, já anunciaram sua desistência, desde a falência dos negócios do empresário Eike Batista (MORAES, 2017).

Os agricultores também se basearam nas prisões do Eike Batista e do ex-governador Sérgio Cabral Filho, que permitiram que viessem à tona todas as negociatas que acompanharam esse processo de desapropriação, que eram denunciadas pelos agricultores.

No entanto, no mês de julho de 2017, as famílias sofreram com a reintegração de posse determinada pelo juiz da 1ª Vara da Comarca de São João da Barra e foram impedidas de continuar nas suas terras (MORAES, 2017). Mais uma vez as histórias dessas famílias foram marcadas por ações do poder político, que se alia ao poder econômico, tendo o apoio do poder judiciário para auxiliar na execução das suas vontades.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

3.2.2 Conflitos Ambientais ocasionados a partir da criação de Unidades de Conservação (UCs)

De acordo com RIMA, as fazendas de Saco d'Antas e Caruara foram desapropriadas para serem ocupadas pelas instalações portuárias e pela Reserva de Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de Caruara. E no âmbito das compensações ambientais foram criadas mais duas Unidades de Conservação (UCs), a Área de Proteção Ambiental de Grussaí, e o Parque Estadual da Lagoa do Açú.

Esses territórios foram criados com objetivo de minimizar os impactos ambientais causados pela implementação do CLIPA, no entanto se sabe que esses territórios também geram conflitos devido a regras do uso do solo, sobretudo a do Parque Estadual do Açú, que é uma UC de uso integral e possui o uso e acesso restrito a determinadas atividades.

As UCs quase sempre são vistas como objetos dados, áreas naturais e não como objetos construídos, criados, nesse sentido, elas requerem que sejam reveladas as relações entre grupos sociais (tradicionais ou não) e recursos, bem como os processos de mudanças sociais, ambientais e territoriais (COELHO *et al.*, 2009).

Nesse sentido, a criação de UCs gera conflitos, pois elas devem ser analisadas primeiramente como territórios, uma vez que existem nelas claramente disputas de poder por serem habitadas por atores sociais que possuem simbologias e identidades territoriais distintas. São espaços habitados basicamente por comunidades tradicionais (ator diretamente afetado), pelo Estado (ator que cria esse território) e pela academia (pesquisadores).

Na área do Parque Estadual da Lagoa do Açú, os principais conflitos existentes são aqueles que envolvem a comunidade local, que utiliza as áreas do parque para o seu sustento, como é o caso dos pescadores, agricultores e produtores de esteiras de taboa. Os agricultores relatam que consideram a implantação do parque péssima, pois eles não participaram do processo de criação e ficaram restritos de desenvolver suas atividades agrícolas, e eles também alegam que não há demarcação concreta sobre a área exata do parque (SANTOS *et al.*, 2015).

A efetivação dessas UCs trouxe mudanças nas relações entre atores sociais diferenciados, nos projetos de cada ator envolvido, nas relações entre a comunidade e o meio natural. No conflito analisado, a empresa empreendedora criou Unidades de Conservação como forma de compensação ambiental, e as terras pertencentes a agricultores familiares foram e ainda estão submetidas à legislação, o que tem limitado o desenvolvimento das suas atividades tradicionais.

3.2.3 Conflitos Ambientais entre os Pescadores Artesanais e a Empresa

Outro conflito ambiental que eclodiu a partir da criação do CLIPA foi entre a empresa empreendedora e os pescadores artesanais da região. A atividade pesqueira possui grande importância para a economia do município de São João da Barra. No entanto, a implantação do CLIPA dificultou o desenvolvimento dessa atividade nas áreas próximas ao porto, na qual os pescadores eram acostumados a pescar.

Souza e Oliveira (2010) apontam que os maiores problemas que os pescadores dessa região vêm enfrentando são: proibição da atividade pesqueira próxima a área do Porto, falta de

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

.....
sinalização, afugentamento dos peixes, falta de incentivo e acompanhamento dos representantes do empreendimento junto aos pescadores.

Uma das mais importantes pescas da região é a do camarão-sete-barbas, o qual pode medir de 3 a 16 cm e ocorre nas regiões mais rasas da plataforma continental em média a 30 metros de profundidade. Durante a construção do porto, o canal foi aprofundado mediante o uso de dragas, concomitantemente os sedimentos retirados foram depositados exatamente na área de reprodução do camarão-sete-barbas. Tal fato promoveu um impacto direto na economia da população dessa área, pois essa espécie de camarão é importantíssima para a economia local (SOUZA; OLIVEIRA, 2010).

O empreendimento da forma em que foi concebido, sem participação da comunidade local e da forma que está sendo executado, em decorrência dos decretos, pode ser classificado como de total desrespeito àqueles pequenos agricultores, pescadores e suas famílias que vivem no 5º Distrito e dependem dos recursos naturais para sobreviver.

De acordo com o que foi supracitado, ocorrem diversos conflitos em torno da criação e implementação do CLIPA, principalmente no que diz respeito ao controle dos recursos naturais, pois os atores sociais que estão inseridos nesse território possuem diferentes modos de “apropriação, uso e significado” (ACSELRAD, 2004a).

A criação desse empreendimento mostra a posição do estado do Rio de Janeiro no ordenamento de suas políticas de ocupação do território, baseada na atração de investimentos privados como forma de alcançar o chamado desenvolvimento econômico e social. Sendo um grande projeto de investimento capaz de modificar o uso do solo, deslocar pessoas, alterar as características da economia, do trabalho local e causar danos ambientais, ou seja, de reordenar o território, é importante analisar quais são os agentes mais poderosos e ativos na reestruturação do espaço e suas intencionalidades (MARTINS, 2014).

Os conflitos ambientais que eclodiram a partir da criação do CLIPA estão relacionados ao movimento da justiça ambiental, que se identifica “na desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que se faz com que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos” (ACSELRAD, 2010).

O professor Acselrad ainda afirma que nesta lógica ainda se insere o mercado de terras, que faz com que empreendimentos de grandes impactos se situem em áreas desvalorizadas e com ausência de políticas que limitem o seu mercado. Com o aumento do investimento de grandes empresas de capital transnacionalizado nesse tipo de empreendimento, aumenta a liberdade de movimento e deslocalização de capitais, queda do custo de realocização e o poder da chantagem locacional, que utilizam dos discursos de falta de emprego e maior geração de renda para legitimar a sua implementação, que causarão muitos custos sociais e ambientais.

A luta dos atores diretamente atingidos politiza a questão ambiental e colocam em discussão o modelo de desenvolvimento econômico. Muitos conflitos sociais possuem sentido ecológico, pois os atingidos procuram manter sob seu controle os serviços e os recursos ambientais que necessitam para sua subsistência frente às ameaças de controle da propriedade pelo Estado ou pela empresa. A maioria desses atores não se reconhece como ambientalistas ou ecologistas, pois sua preocupação é com a garantia da sua reprodução de vida (MARTINEZ



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

ALIER, 2007). É essa noção que a justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental, pois ela resulta de uma “apropriação singular da temática ambiental por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (ACSELRAD, 2010, p. 108).

No caso do Brasil, esse movimento abarca uma série de injustiças ambientais relacionadas à expansão do capital predatório em nosso território. São inúmeros casos de populações atingidas por atividades industriais, ausência de saneamento, apropriação privada de recursos hídricos, uso do solo rural, loteamento em áreas de risco, entre outros. Elas são testemunhas de lançamentos industriais indevidos, convivem com a poeira dos detritos das fábricas, com a água do rio poluída etc.

Sendo assim, onde há práticas de injustiça ambiental há conflitos, pois eles eclodem quando os impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, pela água, ou pelo solo comprometem a coexistência entre as distintas práticas de uso do território e de seus recursos (ACSELRAD, 2004b).

O conflito ambiental do 5º distrito de São João da Barra é um emblemático caso de injustiça social, pois a área destinada à construção do CLIPA, mesmo com a presença da comunidade de pequenos agricultores, de pescadores artesanais e de importantes resquícios de Mata Atlântica, foi transformada pelo poder público como área de interesse do Estado para instalação de empreendimentos industriais. Nesse contexto, o município de São João da Barra pode ser caracterizado pela presença de corporações nacionais e transnacionais que têm como objetivo a implantação de grandes empreendimentos de exploração e apropriação dos recursos naturais.

4 Análise das falas dos atingidos

Neste item abordaram-se as entrevistas realizadas com os atores do conflito ambiental analisado neste trabalho. Como já foi supracitado, as entrevistas foram realizadas com os pequenos agricultores que tiveram as suas terras desapropriadas pela CODIN, para a construção do Distrito Industrial de São João da Barra. A escolha dos entrevistados foi baseada em cerca das 1.500 famílias diretamente atingidas no processo de desapropriação de terra.

A primeiro entrevistada, denominada N1, pequena agricultora e pessoa emblemática no conflito, é muito conhecida nas principais arenas de discussão. Sendo assim, é uma pessoa estratégica para esta análise, uma liderança e um sinônimo de resistência do conflito analisado. O segundo entrevistado, denominado R1, pequeno agricultor e criador de gado, cuida também da roça do seu pai. R1 possui três pequenas propriedades no 5º distrito, uma característica comum entre os agricultores atingidos. Em uma propriedade ele mora com a sua família, na outra possui uma roça de abacaxi e na terceira é onde ele cria gado. Esta última foi desapropriada pela CODIN.

Primeiramente foram apresentados os objetivos da pesquisa e foi perguntado aos entrevistados se eles tinham vontade de contribuir com a pesquisa, e posteriormente lhes foi informado como funcionaria a metodologia das entrevistas.

Como citado, a metodologia utilizada nesta etapa da pesquisa é a História oral, que consiste no registro e perpetuação das impressões, vivências e lembranças de determinados indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma,



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

.....
permitir um conhecimento de algo que foi vivido e que, de outra forma, não seria possível conhecer (MATOS; SENNA, 2011).

A entrevista foi realizada no dia 18 de janeiro de 2017, ou seja, três meses antes da reocupação dos pequenos agricultores as terras desapropriadas pela CODIN. N1 forneceu um panorama completo do conflito, explicando com detalhes como tudo começou:

Há nove anos atrás, no 5º distrito de São João da Barra, que surgiu a ideia do porto do Açú e no início a gente nem acreditava, era uma ideia tão vaga, tão impossível, mas depois aquilo foi aumentando e de repente... Eu fui cercada de volta de uma viagem de São Paulo por um agricultor lá em Cajueiro, que me abordou muito desesperado dizendo que nós vamos perder nossas terras, as desapropriações estão chegando e vão tomar todas as nossas terras. E me comovi muito aquele depoimento dele, aquele apelo, pedido de ajuda e como eu era bastante conhecida porque participava de um programa na rádio, vida rural e que as pessoas confiavam em mim, no meu trabalho e eu me senti na obrigação de fazer alguma coisa, né. Então eu disse para ele que na rádio eu ia dar uma resposta e ia marcar uma reunião aqui no sítio, chamar algumas pessoas, para que pudessem explicar melhor o que estava acontecendo, chamaria vereadores, algumas pessoas, porque realmente a gente não sabia nada do porto. Nada... A não ser que a gente ia ser desapropriado... (N1, 18 de abril, 2017).

(...) No começo da desapropriação foi um sofrimento muito grande, conforme hoje é ainda, só que a gente foi acostumando, entendeu? No começo vinha 80, 100 policial para tirar o proprietário da terra dele, da roça dele, daqui a pouco entrava a máquina só matando tudo, demolindo a roça. Não teve notificação nenhuma, como nós chegamos lá, estava uma placa da CODIN, lá dentro. Nós arrancamos, e passou três dias eles foram lá e colocaram de novo e arrancaram as cercas todinha. Aí o gado nosso ficou no campo. E outra coisa, quando ia ter a desapropriação não vinha oficial de justiça, não teve, para nossa não teve, na roça de um primo meu também não teve. O que vinha era muito policial, policial só apoiando a firma, Polícia Militar, vinha para ajudar a firma, que dizia está ajudando nós, para não ter confronto, mas não, estava ajudando a firma (...). (R1, 2017).

Como se pode perceber através da fala dos entrevistados, os agricultores não sabiam das desapropriações e foram pegos de surpresa pelo Estado. Muitos reclamaram da forma que eram abordados pela CODIN, muitos agricultores tiveram suas terras e lavouras invadidas e destruídas a título de garantia e negociação de suas terras. Os agricultores recebiam um pequeno rascunho de papel, sem carimbo, assinatura, marca oficial da instituição, apenas anotações à caneta registrando o valor venal da terra, o valor das benfeitorias e o valor a ser pago na desapropriação (IBASE, 2013).

De acordo com N1, a reunião foi marcada com a presença de, aproximadamente, duzentas pessoas, entre elas alguns vereadores, e, a partir desta reunião, saiu uma comissão para ir à cidade do Rio de Janeiro conversar com o secretário sobre as desapropriações que estavam acontecendo no 5º distrito de São João da Barra.

[...] naquele dia formamos uma comissão já, para poder ir ao Rio de Janeiro, diretamente, tentar marcar com secretário de desenvolvimento econômico, né, para saber na realidade o que ia acontecer, porque a gente estava muito perdido, ninguém dava informações concretas para a gente e assim, fizemos... fomos no secretário no Rio, Júlio Bueno, conversamos e explicamos a situação, que nossas terras foram desapropriadas porque foram taxadas de improdutivas e aquilo causou muita indignação, porque há dois anos atrás o 5º distrito tinha



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5° Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

ganhado segundo lugar no IBGE como maior produtor de abacaxi, maxixe... e a gente ficou muito indignado com isso, e fomos provar isso para ele, levamos fotos, contamos a história de que os agricultores dependiam das terras para sobreviver, e que era possível, se quisesse fazer misto, uma parte para o porto e uma parte para os agricultores, que a gente tava disposto a negociar. E ele se abriu numa delicadeza muito grande, dizendo que não tinha conhecimento disso, que era lugar que morava ninguém, tudo areia e que a terra era improdutiva e que por isso que ele tinha concordado, mas que ele ia rever e ali já agendamos uma visita dele no 5° distrito, pessoalmente conversar, a gente pediu que ele viesse conversar com os outros agricultores e a nossa comissão era formada mais ou menos por oito pessoas e voltamos, eu vim muito cheia de esperança, toda animada, naquela época eu ainda achava que as pessoas eram verdadeiras... depois que vieram as descobertas. Eu acreditei plenamente que ia mudar o quadro, eu chegava a dizer: "Tudo vai mudar! "Nós não vamos perder as terras. (N1, 18 de abril, 2017).

A partir desse depoimento fica mais clara a posição negligente do Estado frente ao processo de desapropriação, sendo um ator ativo no processo de privatização e mercadificação desse território analisado.

Durante a entrevista, N1 falou sobre a ASPRIM, que foi criada nesse contexto de luta de permanência dos pequenos agricultores em suas terras, pois eles não queriam o dinheiro, mas sim as suas terras, lugar onde eles viviam e possuíam vínculo, afetividade e sentimento de pertencimento.

(...) criou a ASPRIM, e qual era o nosso grito? Era que nós não queríamos perder as terras, queríamos continuar, não era por dinheiro, era por permanecer nas terras. As pessoas que quisessem permanecer nas terras tinha que se unir a ASPRIM e que a gente ia lutar muito para reverter esse quadro e foi nessa caminhada, com muitas viagens ao Rio de Janeiro, na ALERJ, muita ida a São João da Barra, na Câmara de Vereadores, foi com muita luta mais contra o governo em todas as esferas, uma luta muito desigual... fizemos tudo que era possível fazer e as desapropriações continuavam, as desapropriações era com muita violência, o que deixava as pessoas muito assustadas, muitas pessoas deixaram de lutar por medo, por vergonha e assim, éramos sozinhos, não tinha governo, não tinha político, e assim as vezes a gente tinha um apoio de algum político... (N1, 18 de abril, 2017).

Os dois entrevistados continuam nas suas terras porque, mesmo recebendo as notificações de que suas terras foram desapropriadas, eles não concordam com o modo que se deu esse processo de desapropriação, não receberam as suas devidas indenizações e principalmente porque querem permanecer nas terras, pois elas são a sua fonte de renda. A fala a seguir do entrevistado R1 explica este fato:

(...) Nós nunca tiramos o gado da nossa terra não, porque a terra de papai até hoje ele paga imposto, o documento dele está até aqui em casa, ele paga imposto e a terra é da firma uma questão muito difícil da gente saber que estamos pagando sabendo que é nosso e a firma diz que é dela. Ai quando é agora o juiz assina que se a gente entrar numa propriedade que é da PRUMO, a gente leva uma multa de 100 mil, eu não tô entendendo isso não, e quem paga o imposto é "nós". Não teve emissão de posse na terra nossa, não teve porque não foi entregue. Para eles desmancharem a cerca do que é nosso eles tinham que tirar a emissão. Tá tudo parado, tudo abandonado e a gente precisa da terra para sobreviver (...). (R1, 2017).

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

De acordo com a sua fala, R1 retira a maior parte da sua renda mensal através da venda de queijos. E sem a terra para criar os animais, o seu sustento e de sua família fica comprometido. Para ajudar no orçamento, R1 tem uma roça, na qual planta abacaxi e vende para o atravessador, que vende o seu abacaxi no CEASA do Rio de Janeiro. Ele comenta também sobre o Reassentamento Vila da Terra, criado no início da construção do empreendimento pela OGX. Foram construídas aproximadamente 40 unidades, em terras que pertenciam ao grupo OTHON/Usina Barcelos e se encontram em litígio, devido a dívidas trabalhistas da empresa com seus empregados. Sendo assim, os agricultores foram reassentados e orientados a não produzir, principalmente culturas permanentes como áreas frutíferas, sob o risco de perdê-las futuramente. Sendo assim, não existe espaço para o reassentamento dessas 1.500 famílias, e elas poderiam ser novamente expulsas a qualquer momento.

(...) Lá na Vila da Terra eles deram um pedacinho de terra e uma casinha para quem morava numas casinhas aqui perto. Só que para você ir para lá, num quintalzinho, que não dá para plantar, nem criar animais. Se for plantar não dá para roça e se for criar também não dá. Botar um animal ali e viver na ração direto não adianta. Meu Deus do céu, para nós que sobrevivemos da terra, a vida nossa é a terra. Agora como que você vai sair daqui e vai para a “pedra” e não sabe trabalhar na “pedra”. A situação nossa é muito difícil, nossa vida está aqui. A minha terra que entrou no processo de desapropriação foi a que estão os animais, onde é a minha casa não entrou, mas nós estamos com medo (...). (R1, 2017).

Figura 2. Roça de abacaxi do entrevistado R1



Fonte: O Autor (2017)

Durante suas falas, os entrevistados falaram sobre o apoio que os pequenos agricultores receberam das Universidades, pois foram realizadas várias reuniões nas instituições e muitos trabalhos acadêmicos de professores e alunos ajudaram dar visibilidade ao conflito e ofereceram também respaldo técnico e teórico no que tange à viabilidade do empreendimento. Foi a partir de estudos técnicos, que se passou a questionar o tamanho do distrito industrial, a viabilidade socioambiental do empreendimento e dos grandes impactos que ele gerou.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5° Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

(...) Foi aí que descobrimos a UFF e a UENF, depois mais tarde o IFF... a descoberta da UFF então foi o melhor presente do mundo para nós, fomos acolhidos pelos professores, no início a gente tinha mais contato com a professora Ana Costa, quer dizer, foi ela a primeira que tivemos contato e que nos convidou para a reunião e que nos deu a chance de contar a nossa história, e que veio conhecer, e ela conseguia trazer outras pessoas, então foi aumentando... Tínhamos várias reuniões aqui no 5º distrito... e realmente o papel da UFF, de alguns né, não posso falar da UFF inteira, da instituição, mas de alguns professores, muitos alunos, posso dizer a mesma coisa da UENF... E esse apoio foi fundamental, deu visibilidade a nossa luta, e eles estavam junto com a gente quando a gente fechava a estrada, quando a gente fazia algum tipo de reunião, nos preparou, e tivemos também a alegria de conhecer a política do MST, do MPA, da pastoral da terra, e isso tudo naquele momento foi muito enriquecedor, fomos preparados com aulas de resistência (...). (N1, 2017).

(...) Quem poderia apoiar a gente era a prefeita, no caso, os candidatos, não veio ninguém, nada, nada, nós não temos apoio de nada. Temos apoio de vocês, Aninha, Carol da UFF o pessoal mais fraco é que tá apoiando, o mais forte fica do lado deles. A luta da universidade com a gente é muito grande, Aninha mesmo, ficava 24 h com a gente, no acampamento (...). (R1, 2017).

Como supracitado, os pequenos agricultores também tiveram apoio do MST, CPT e MPA, que os auxiliaram muito na visibilidade, na luta e na resistência, e também na reocupação das terras no dia 19 de abril.

Nas duas falas, os entrevistados falam da perseguição que sofrem por parte dos seguranças da empresa.

(...) é triste, esse ameaça, é perseguição todo dia, todo dia. Está vendo aquele cara de blusa verde, lá, tem banheiro, contêiner, aquilo ali é uma perseguição 24 horas, todo dia, ali parava uma camionete na rua, você está vendo aquele muro de cimento ali, eu colocava o gado por ali, eles iam lá e bloqueavam o caminho, botava mourão, fizeram uma parede só de mourão. É uma perseguição muito triste. Fui parar na delegacia, aí quando eu chegava lá, o cara vinha com um mapa e falava: Reginaldo onde é a sua terra aqui? Eu digo, no mapa eu não sei nada, mas na escritura eu conheço, no mapa eu não sei, não me interessa, o que me interessa é a escritura, porque que paga o imposto somos nós. A perseguição é todo dia, todo dia, já pensou você sendo perseguido todo dia. (...). Esses dias eu falei para o policial que, meu amigo você está fazendo o serviço seu, ele disse: é o meu trabalho, eu recebo ordens. Eu disse, tudo bem, mas você está recebendo ordens para tirar o pão de cada dia meu. Sabe o que isso aqui, eu disse para ele: é calo de tirar leite. Eu sobrevivo do leite. (...). (R1, 2017).

(...) Minha propriedade está para ser desapropriada e eu estou aqui resistindo, totalmenteilhada, porque todas as terras em volta já foram. E isso me adoeceu muito, a presença ostensiva da segurança da empresa, as vezes a cavalo, as vezes de camionete. Eu tive que lidar com isso, e foi muito difícil. Porque eu acordava com uma orquestra de pássaros cantando para mim, agora eu acordo e dou de cara com dois seguranças, dois uma camionete traçada com mais segurança. Eu fiquei a ponto de enlouquecer... e como na vida eu costumo dizer: se eu ganhar um limão, eu vou fazer uma limonada, eu não vou azedar, eu passei a acreditar e falar para as pessoas que aqueles seguranças estavam ali para me proteger, que a empresa colocou para me proteger. E isso foi tão forte, tão verdadeiro, eu acreditar nisso, para eu poder continuar vivendo, as pessoas acreditavam também, que toda moto, todo carro que quebrava na estrada era colocada na frente do sítio, porque aqui tinha segurança 24 horas (...). (N1, 2017)



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

.....
Figura 3. Propriedade da entrevistada N1. Na frente de sua propriedade ela colocou algumas placas para dar visibilidade à luta contra as desapropriações.



Fonte: O Autor (2017)

Durante a entrevista foi perguntado à entrevistada N1 como estava a situação atual dos pequenos agricultores.

e a luta não acabou, restam ainda 95 famílias para serem retiradas, a CODIN insiste nessa retirada, mesmo com o estado quebrado sem dinheiro para pagar. Na última entrevista que eu dei, para o jornal O Globo, a CODIN concordou que 70% dos eu que estou inventando, a própria CODIN, o estado concordou com isso ... 70 por cento isso é um número muito grande. E como estão vivendo essas pessoas? ... seis anos sem terra e sem dinheiro, e depois da salinização... que três anos depois, não se resolveu nada, ninguém foi procurado para indenização para nada. Salinizaram a nossa terra, teve a erosão no Açú que ficou mais do que provado que a empresa foi responsável, também não se resolveu nada. O que mudou no 5º distrito depois desse porto? a não ser o número enorme de pessoas desempregadas. (N1, 18 de abril, 2017).

A partir das análises das falas dos agricultores, pode-se constatar a forte relação e o sentimento de pertencimento que eles possuem com a terra e seus recursos naturais, pois além da subsistência, essas terras representam suas moradias e garantia de reprodução social, pois a maioria das suas terras foi adquirida através de herança.

A dimensão social desse conflito se caracteriza pela utilização das terras desses agricultores para uma promessa de crescimento econômico que não ocorreu. Muitos ficaram sem suas terras, nenhum recebeu indenização e o desenvolvimento econômico e social não aconteceu nesse município.

Nesse sentido, as falas desses atores confirmam o protagonismo do Estado, em suas diferentes esferas, no acirramento desse conflito, pois suas ações beneficiaram a empresa e prejudicaram a comunidade local. Isso se confirma quando os entrevistados falam das ações da CODIN, que é uma companhia do estado do Rio de Janeiro.

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

5 Considerações Finais

O modelo de desenvolvimento adotado pelo PAC tem em suas ações a implantação de grandes empreendimentos que causam grandes impactos socioambientais. Foram realizadas grandes obras de infraestrutura, novos portos, reestruturação de estradas, rodovias etc. A região Norte Fluminense sempre recebeu apoio de investimentos em infraestrutura devido à produção petrolífera, e no ano de 2007 recebeu mais um investimento de grande dimensão territorial na área portuária e industrial. A presente pesquisa procurou estudar a realidade do conflito estabelecido pela construção do Porto e do Complexo Logístico, Industrial, conhecido como CLIPA.

Os conflitos ambientais se manifestaram de formas diferenciadas, dependendo do tipo de ator, dos seus objetivos e interesses. Sendo assim, os conflitos ambientais analisados evidenciam o debate acerca da territorialidade, do lugar, sentimento e pertencimento e da identidade, que se constituem como elementos chave na discussão dos impactos de um empreendimento.

Observou-se que o município de São João da Barra foi alvo de diversas manobras de localização de instalações ambientalmente inviáveis, com a presença ativa de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para a região investimentos de alto custo ambiental e social.

Os problemas socioambientais identificados a partir desta pesquisa, como a salinização dos solos, as desapropriações e a criação de novos territórios (que impedem a convivência da população local com os recursos naturais) constatam que a comunidade do 5º Distrito, caracterizada como pobre, idosa e politicamente fraca, ficou com os impactos indesejáveis da instalação do CLIPA.

É importante ressaltar o papel do Estado, que desde antes da instalação do CLIPA já criou condições necessárias para a vinda do grande capital para a região, negligenciando a existência de agricultores familiares que possuem identidade e vínculo como este lugar, e que tem a terra como garantia para a sua reprodução social.

Com a concretização da vinda do grande capital para a região, o Estado se coloca como grande aliado da empresa empreendedora, pois promoveu investimento direto em melhorias de estradas de acesso, acelerou as condições necessárias para funcionamento, como o rápido processo de licitações ambientais e as desapropriações. Essa assimetria das relações contribuiu para o surgimento dos conflitos ambientais, visto que os agricultores e os pescadores não receberam esse tipo de tratamento do Estado.

A crise do capital atingiu diversos setores da economia e muitas empresas desistiram de construir suas bases de investimento no CLIPA. Nesse sentido, as desapropriações perderam sua finalidade e todas as promessas de aumento de postos de empregos, melhorias de vida da população local e aumento de receita para município deixaram de existir.

Em 2017 completam-se dez anos do lançamento do projeto do Porto do Açú e do Distrito de São João Barra. Nesse período, aconteceram diversos eventos no cenário político e econômico do estado do Rio de Janeiro que ajudaram a dar visibilidade ao conflito socioambiental nessa região. A prisão do ex-governador Sérgio Cabral Filho e do empresário Eike Batista, por diversas denúncias de corrupção e compra de decisões, serviram como grande estímulo aos agricultores

A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

para retomarem as suas terras de direito. No entanto, a Justiça concedeu a reintegração de posse para a empresa e os agricultores tiveram que deixar as suas terras. Esse fato mostra a parcialidade da Justiça e do poder público a favor dos interesses das empresas.

O presente estudo mostra através dos seus resultados a forma autoritária que esse empreendimento foi implantado, o que gerou um conflito entre duas racionalidades que questionam diferentes modelos de desenvolvimento. Uma delas defende a ideia de crescimento econômico a todo custo, mesmo que ele seja acompanhado de impactos socioambientais. Já a outra acredita que para o crescimento econômico ser plenamente alcançado, precisa adotar medidas que ampliem os mecanismos de participação da população atingida nos processos decisórios, oferecendo a condição necessária para que os seus interesses possam também ser ouvidos.

Uma forma de dirimir os conflitos ambientais é fazer com o que os atores tenham simetria nas discussões e nos processos de tomada de decisão do futuro dos seus territórios. No mundo contemporâneo é de extrema necessidade que se tenham novos mecanismos para apropriação dos recursos naturais que considerem as individualidades socioambientais de cada território.

Referências

- ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004a. 294 p.
- ACSELRAD, H. *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004b. 262 p.
- ACSELRAD, H. *Justiça ambiental: narrativas de resistência ao risco social ampliado*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 219-228.
- ACSELRAD, H; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G. *Cidade, Ambiente e Política? Problematizando a Agenda 21 Local*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2006. 133p.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais? o caso do movimento de justiça ambiental. *Estudos Avançados*, USP, v. 24, p. 103-120, 2010.
- AGB. *Relatório sobre os impactos socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açú*, 2011.
- ALONSO, A.; COSTA, V. Dinâmica da Participação em Questões Ambientais: Análises das Audiências Públicas para o Licenciamento Ambiental do Rodoanel. In: COELHO, V., NOBRE, M. (org.). *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: 34, DRC, 2004.
- ALVARENGA, F. M. *Os deserdados do desenvolvimento o caso da implantação do Complexo Portuário e Industrial do Açú e seus impactos sócio-territoriais*. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2013.
- CAMPELLO, C. C. A.M. Agenda 21 local: um glossário analítico para o debate. In: ACSELRAD, H; CAMPELLO, C.C.A.M; BEZERRA, G N. *Cidade, Ambiente e Política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

COELHO, M. C. N. *et al.* Unidades de Conservação: Populações, Recursos e Territórios. Abordagens da Geografia e da Ecologia Política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. *Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas*. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2009.

HARVEY, D. *O novo Imperialismo*. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). *O projeto Minas Rio e Seus Impactos Socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos*. 2013.

MALAGODI, M. A. S. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. *Espaço e Economia* [Online], v. 1, 2012. Disponível em: <file:///espacoeconomia-136-1-geografias-do-dissenso-sobre-conflitos-justica-ambiental-e-cartografia-social-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

MARTINEZ ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, G. R. Atores hegemônicos (velhos e novos) e a organização do território fluminense: o Porto de Itaguaí e o Porto do Açú. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., nov. 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2014. p. 1172-1183.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MORAES, R. *Salinização vira matéria na Folha de São Paulo* [Online]. 2012. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2012/12/salinizacao-no-acu-vira-materia-na.html>. Acesso em: 18 dez. 2012.

MORAES, R. *Agricultores do 5º Distrito e do MST completam o 4º dia e resistência pela retomada das terras na região do Açú*. [Online]. 2017. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2017/04/agricultores-do-5-distrito-e-do-mst.html>. Acesso em: 22 abr. 2017.

OBRAS do porto salinizam águas e terras da baixada e podem trazer a desertificação. *Folha da Manhã* [Online], Campos dos Goytacazes, 17 out. 2012. Esdras. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2012/10/blogs/esdras/822466-obras-do-porto-salinizam-aguas-e-terras-da-baixada-e-podem-trazer-a-desertificacao.html. Acesso em: 18 out. 2012.

OLIVEIRA, S. A reeleitura dos critérios de justiça na região dos Lagos no Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumar, 2004. p. 79-106.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos FGV*, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

QUINTAS, J. S. *Introdução à gestão ambiental pública*. Brasília: Ibama, 2005. 132 p.

QUINTSLR, S. Desenvolvimento e Escalas de Conflito Ambiental: o caso do Complexo Logístico-Industrial do Porto do Açú em São João da Barra (RJ). *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, v. 0, p. 116-140, 2014.



A implantação do Porto do Açú: um estudo de caso sobre os conflitos ambientais do 5º Distrito de São João da Barra/RJ a partir das falas dos atingidos

Natalia Machado Vilaça, Alexandre Ferreira Lopes

RIBEIRO, W. C. Prefácio, Pós-fácio, Apresentação. In: RIBEIRO, W. C. *Conflitos distributivos e dívida ecológica*. São Paulo: [s. l.], 2007.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, K. P.; QUINTO JUNIOR, L. P.; OLIVEIRA, V. P. S. Análise dos Conflitos Socioambientais do Parque Estadual da Lagoa do Açú/RJ. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago*, v. 9, p. 91-105, 2015.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2001.

SOUZA, T. N.; OLIVEIRA, V. P. S. Conflito socioambiental entre atividades de pesca artesanal marinha e implantação de atividades portuárias no Norte Fluminense. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago*, v. 4, n. 2, p. 219-229. 2010

THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VILAÇA, N. M.; SANTOS, L. F.; LIMA, M. S. B. Unidades de Conservação e Reforma Agrária: um estudo sobre as interfaces das políticas ambientais e agrárias no município de Campos dos Goytacazes. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 2013, João Pessoa.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. v. 1, p. 11-33.